Juventudes: reflexões acerca da participação política na Educação Profissional e Tecnológica¹

*Jóvenes: reflexiones sobre la participación política en la Educación
Profesional y Tecnológica*

*Youth: reflections on political participation in Professional and
Technological Education*

Daniela Medeiros de Azevedo Prates²

Andreia Rodrigues Escobar³

Resumo

Este estudo investigou a participação política de jovens estudantes dos 4^{os} anos de Cursos Técnicos Integrados de Informática e Mecatrônica do Instituto Federal de Educação e Tecnologia Sul-rio grandense, Campus Charqueadas, buscando fomentar espaços de diálogo para, com e sobre as juventudes, que possibilite o reconhecimento de concepções e formas de participação política. Para tanto, adotou-se abordagem qualitativa, articulando diferentes técnicas de produção de dados, como observação participante, questionários e entrevistas semiestruturadas. A investigação ancorou-se nos referenciais sobre juventudes em autores como Pais (2003), Feixa (1999; 2004), Margulis e Urresti (1998), Dayrell (2007) e Prates e Garbin (2021). Sobre participação política em Gohn (2006; 2008), Groppo (2017; 2020) e Sposito e Carrano (2003), quanto à Educação Profissional e Tecnológica em Ciavatta (2005), Frigotto (1988; 2004), Ramos (2008) e Saviani (1989; 2007). As análises permitem inferir que os jovens demonstram um desejo de participar da política, buscando diferentes formas de expressão e engajamento. Além das formas convencionais de escolha de representantes, como o grêmio estudantil, os jovens reconhecem outras formas de atuação e expressão política através das redes sociais, atividades culturais e esportivas como gincanas, oficinas e saraus. Também destacou a necessidade de levar em conta os diferentes contextos em que os jovens vivem para compreender melhor suas trajetórias de participação política.

Palavras-chave: Juventudes. Participação política de jovens. Educação Profissional e Tecnológica.

Resumen

Este estudio investigó la participación política de jóvenes estudiantes del 4^o año de los Cursos Técnicos Integrados en Informática y Mecatrónica del Instituto Federal de Educación y Tecnología Sul-rio Grandense, Campus Charqueadas, buscando fomentar espacios de diálogo para, con y sobre los jóvenes. , que posibilita el reconocimiento de concepciones y formas de participación política. Para ello, se adoptó un enfoque cualitativo, articulando diferentes técnicas de producción de datos, como la observación participante, cuestionarios y entrevistas semiestruturadas. La investigación se ancló en referencias sobre la juventud en autores como Pais (2003), Feixa (1999; 2004), Margulis y Urresti (1998), Dayrell (2007) y Prates y Garbin (2021). Respecto a la

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Charqueadas, Rio Grande do Sul, BR. E-mail: danielaprates@ifsul.edu.br.

³ Especialista em Saúde pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Porto Alegre Rio Grande do Sul, BR. E-mail: deiaescobar2013@gmail.com.

participación política en Gohn (2006; 2008), Groppo (2017; 2020) y Sposito y Carrano (2003), respecto a la Educación Profesional y Tecnológica en Ciavatta (2005), Frigotto (1988; 2004), Ramos (2008) y Saviani (1989; 2007). Los análisis permiten inferir que los jóvenes demuestran deseo de participar en política, buscando diferentes formas de expresión y compromiso. Además de las formas convencionales de elección de representantes, como el sindicato de estudiantes, los jóvenes reconocen otras formas de acción y expresión política a través de las redes sociales, actividades culturales y deportivas como concursos, talleres y veladas. También destacó la necesidad de tener en cuenta los diferentes contextos en los que viven los jóvenes para comprender mejor sus trayectorias de participación política.

Palabras clave: Jóvenes. Participación política de los jóvenes. Educación profesional y tecnológica.

Abstract

This study investigated the political participation of young students in the 4th year of Integrated Technical Courses in Informatics and Mechatronics at the Federal Institute of Education and Technology Sul-rio Grandense, Campus Charqueadas, seeking to foster spaces for dialogue for, with and about young people, which enables the recognition of conceptions and forms of political participation. To this end, a qualitative approach was adopted, articulating different data production techniques, such as participant observation, questionnaires and semi-structured interviews. The investigation was anchored in references about youth in authors such as Pais (2003), Feixa (1999; 2004), Margulis and Urresti (1998), Dayrell (2007) and Prates and Garbin (2021). Regarding political participation in Gohn (2006; 2008), Groppo (2017; 2020) and Sposito and Carrano (2003), regarding Professional and Technological Education in Ciavatta (2005), Frigotto (1988; 2004), Ramos (2008) and Saviani (1989; 2007). The analyzes allow us to infer that young people demonstrate a desire to participate in politics, seeking different forms of expression and engagement. In addition to the conventional forms of choosing representatives, such as the student union, young people recognize other forms of political action and expression through social networks, cultural and sporting activities such as competitions, workshops and soirees. It also highlighted the need to take into account the different contexts in which young people live to better understand their trajectories of political participation.

Keywords: Youth. Political participation of young people. Professional and technological education.

1. Juventudes e participação política: notas introdutórias

O presente artigo é decorrente de pesquisa desenvolvida no Mestrado, que investigou a participação política de jovens estudantes dos 4ºs anos de Cursos Técnicos Integrados de Informática e Mecatrônica do Instituto Federal de Educação e Tecnologia Sul-riograndense (IFSul), Campus Charqueadas, buscando fomentar espaços de diálogo para, com e sobre as juventudes, a fim de reconhecer concepções e formas de participação política, através das narrativas de jovens estudantes

Esse tema assume relevância quando reconhecemos que a participação política dos jovens é um aspecto fundamental da vida em sociedade, conforme permitem compreender autores como

Carrano (2014), Gohn (2008) e Groppo (2024). As juventudes, em suas diferentes perspectivas e vivências, podem ser inovadoras e contestadoras, desempenhando um papel importante na busca por mudanças e renovação das estruturas sociais e políticas. O que muitas vezes não é reconhecido pela sociedade, reduzindo os jovens a representações que incapacitam ou limitam suas formas de intervenção no exercício do espaço público, de sua participação política, tomando-os como imaturos e apáticos. Estas representações são colocadas em xeque em diferentes contextos em que movimentos juvenis assumem visibilidade, conforme permite depreender Prates (2021), como os jovens secundaristas e universitários nos movimentos contra ditadura no país; nas reivindicações dos chamados Cara Pintadas que buscavam o impeachment do então presidente Collor de Melo em 1992; nas (outras) formas de participação juvenil na esfera pública ligadas a ciclos globais de contestação na última década, a exemplo da imensa capacidade de convocação de jovens a partir das redes sociais nas Jornadas de 2013 e seus importantes desdobramentos na atualidade; na crescente capacidade de mobilização juvenil em diversos eventos, crescentemente marcados com discursos e práticas de polarização política, especialmente a partir do contexto impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, mas que não pode se deslocar de contexto global de avanço neoliberal e de ondas neoconservadoras; nas recentes ocupações das escolas e universidades que trazem como pauta muito mais do que o direito à educação e a contrariedade as reformas educacionais. As ocupações problematizam e experienciam outras formas de educação, permitindo repensar tempos e espaços escolares, currículos mais inclusivos perante diferentes formas de existência em suas reverberações em torno de políticas de identidade (feministas, LGBTQIAPN+, étnico-raciais, etc.), o que culmina em diversos coletivos que proliferaram após as ocupações, apontando para outras formas e concepções de ocupação do espaço público, da escola, da universidade, da rua, das redes (PRATES, 2021).

Na experimentação e constituição enquanto sujeitos no e com o espaço público, estes jovens produzem outras formas de participação política, cada vez mais descentralizadas, horizontalizadas, marcadas por dissensos e contrassensos em que se reúnem, em determinado espaço-tempo, pautas aparentemente dispersas e individuais, mas que visibilizam demandas marcadas por diferenças e desigualdades sociais que perpassam seu cotidiano (PRATES, 2021, p. 202).

Entendemos que as concepções e formas de participação política ocorrem em diferentes experiências, profundamente influenciadas pelos desafios estruturais e sociopolíticos enfrentados pelos jovens no Brasil. Nesse sentido, é essencial reconhecer que os jovens não representam apenas o futuro, como um vir a ser, é necessário compreender seus desejos no presente e como as oportunidades de participação política lhes são oferecidas (GOHN, 2008; GROppo, 2024, CARRANO, 2014).

Nessa direção, justificamos a relevância de pesquisas que busquem compreender (outras) formas de participação política de jovens na atualidade, especialmente assumindo como atitude teórico-metodológica estar com os sujeitos, em seus percalços e meandros do cotidiano, como nos ensina Pais (2003), numa busca de dialogicidade, como nos ensina Freire (2015). É deste lugar que buscamos fomentar espaços de diálogo para, com e sobre as juventudes, a fim de reconhecer concepções e formas de participação política, através das narrativas de jovens, tomando-os centralmente como sujeitos do presente. Para tanto, adotamos como procedimentos metodológicos a aproximação aos sujeitos jovens através de conversas informais e observações participantes nos espaços escolares e seus interstícios durante os meses de abril a julho de 2024. Posteriormente, buscamos mapear perfis, concepções e formas de participação política através da aplicação de questionários junto as turmas de quartos anos dos Cursos Técnico-Integrados de Informática e Mecatrônica, totalizando 26 voluntários. A partir da análise de dados, buscamos perfis heterogêneos para a realização de entrevistas semi-estruturadas, investigando nas trajetórias de quatro jovens-alunos concepções, formas e experiências de participação política, problematizando o papel da escola em sua formação. O que culminou no desenvolvimento de um produto educacional no formato de Podcast abrangendo a participação de pesquisadores do campo, como Luís Antonio Groppo, e de jovens-alunos em suas diferentes interfaces de participação política.

Para fins de análise neste artigo, centramos o diálogo sobre duas categorias que atravessaram a investigação denominadas formas convencionais e formas não convencionais de participação política, destacando a importância de compreender as nuances e as dinâmicas que caracterizam cada uma delas no contexto da participação juvenil.

Considerando como formas convencionais aquelas que se referem às manifestações

nos canais institucionais, ou seja, tradicionais da democracia representativa, como o voto, a representação política, e a militância partidária.

Já a participação não convencional, engloba ações mais autônomas e fora dos canais formais, como protestos e movimentos sociais, tendo como característica a inovação nas formas de mobilização juvenil, com um foco específico para ações significativas, orientadas pela identificação com temas específicos, como justiça social, igualdade de direitos e proteção ambiental, dentre outros (GOHN, 2006; SILVA, 2017); SPOSITO et al., 2021).

Dessa forma, a participação política atualmente reflete a pluralidade das demandas e a emergência de reconhecer novos meios de expressão e participação política juvenil.

Para iniciarmos o diálogo, propomos partir de que lugar falamos em juventudes e participação política.

2 Juventudes e participação política: de que lugar estamos falando?

O presente artigo fundamenta-se na compreensão da juventude como uma construção social, constituída por condições históricas, econômicas, sociais e culturais. Embora reconheçamos que jovens sempre tenham feito parte da sociedade, a construção da juventude como categoria social é um fenômeno relativamente recente, associado à crescente valorização e reconhecimento das particularidades dessa fase da vida, marcada pela transição entre a infância e a vida adulta. O que não pode ser reduzido a apenas uma fase etária, mas como uma condição, imbricada em questões culturais, sociais, históricas e econômicas (PAIS, 2003).

Nesse contexto, a juventude pode ser caracterizada como moratória conforme permite pensar os autores Margulis e Urresti (2022). A "moratória vital", que descreve o período de maior energia e potencialidades, e a "moratória social", que se refere ao tempo concedido pela sociedade para que os jovens adiem responsabilidades adultas. Ambas as moratórias coexistem, revelando dilemas relativos à autonomia juvenil, à imposição de valores adultos e às dinâmicas necessárias para a vivência dessa condição.

De acordo com os autores, a juventude é marcada por uma complexidade que permite a transformação de códigos culturais e a adaptação a mudanças com uma flexibilidade superior à dos adultos, cujas opiniões são frequentemente mais rígidas e estanques. A sociedade enfrenta o desafio de equilibrar a liberdade dos jovens com as expectativas sociais, permitindo que eles possam atuar como agentes de transformação em um mundo em constante transformação, por vezes, permeado de problemas estruturais que impactam suas trajetórias.

A compreensão e a vivência da juventude é influenciada pela cultura e estar suscetível a mudanças ao longo do tempo. Diferentes sociedades atribuem papéis e expectativas variados aos jovens em diferentes períodos históricos. Em algumas épocas, os jovens são pressionados a assumir responsabilidades precocemente, enquanto em outras, são incentivados a prolongar o período de estudo e desenvolvimento pessoal antes de assumir as responsabilidades da vida adulta.

Essas variações culturais ao olhar para a juventude afetam diretamente o tratamento dado aos jovens, as oportunidades oferecidas e os desafios enfrentados em suas trajetórias. Diferentes contextos sociais, políticos e históricos constituem as experiências juvenis de maneira significativa (PRATES, 2021).

No cenário brasileiro, essa diversidade juvenil é muitas vezes presente, caracterizada por profundas diferenças em características individuais e condições socioeconômicas. Jovens de distintas classes sociais vivenciam realidades variadas, o que resulta em acesso desigual a recursos e serviços essenciais, como saúde, educação, alimentação e segurança. Essa disparidade afeta oportunidades e perspectivas futuras dos jovens.

A participação política juvenil é fundamental a fim de buscar reduzir desigualdades e garantir que os jovens sejam incluídos nas discussões sobre políticas públicas. De acordo com Dayrell (2003), essa participação depende das oportunidades que a sociedade oferece para que os jovens se envolvam. Para isso, é necessário criar espaços que acolham suas ideias e garantam a valorização de suas contribuições, promovendo e favorecendo o diálogo e respeitando a diversidade de opiniões.

Grosso (2010) acrescenta que a participação dos jovens não se limita aos espaços formais e tradicionais, como os grêmios, conselhos e colegiados estudantis dentre outros, influenciados pela democracia representativa; também ocorre em suas práticas cotidianas e culturais, que muitas vezes são ignoradas. Ou seja, espaços não formais de participação política, como as redes sociais, ou atividades que envolvem cultura e esporte, o que não significa que não ocorra dentro de espaços institucionais, a exemplo dos saraus e eventos desenvolvidos nas instituições de ensino. Ao reconhecer essas formas de engajamento, a sociedade pode combater desigualdades geracionais, criando ambientes mais inclusivos e garantindo que as demandas dos jovens sejam consideradas nas decisões políticas e sociais.

Portanto, compreender a juventude e sua participação política exige uma análise dedicada a olhar para condições estruturantes dessa fase da vida, considerando os contextos

socioculturais e as dinâmicas históricas que influenciam as experiências dos jovens em diferentes sociedades e ainda reconhecer como exercem a participação política.

Neste contexto, a participação juvenil é reconhecida como uma ferramenta crucial para auxiliar no enfrentar desigualdades e promover a inclusão social, especialmente em ações e possíveis políticas públicas. Quando os jovens são incentivados e capacitados a participar de processos decisórios, eles têm a oportunidade de influenciar seu ambiente e promover mudanças que consideram relevantes para suas vidas. De acordo com Dayrell (2003), a participação dos jovens está ligada às oportunidades que a sociedade oferece para experiências participativas, exigindo a criação de estruturas e espaços que valorizem suas contribuições, promovendo diálogo e escuta.

Deste modo a coleta de dados foi realizada por meio de observações do cotidiano escolar, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram conduzidas com jovens entre 17 e 19 anos, permitindo que expressassem suas visões sobre participação política, as formas como se engajam nas decisões da sociedade e o papel das instituições de ensino nesse processo. O material produzido foi submetido à análise de conteúdo, conforme recomenda Bardin (2011). A partir disso identificamos duas categorias de análise que se referem a espaços e formas de participação política, a saber; formas convencionais e não convencionais de participação política juvenil, conforme passamos a tratar nas próximas seções.

2.1 Formas convencionais de participação política juvenil

Segundo Silva (2017) os métodos de envolvimento político, estabelecidos ao longo da história e incorporados nas instituições, costumam estar associados a práticas cívicas mais formais e convencionais, como participar de plebiscitos, por meio de voto. Apesar do surgimento de novas formas de participação devido ao avanço tecnológico, a globalização e às mudanças sociais, esses métodos tradicionais ainda têm importância significativa e desempenham um papel significativo na manutenção da democracia representativa por meio das eleições. Através do voto a população busca exercer sua soberania e legitima o poder político; escolhendo mandatários que representem seus interesses e necessidades. Neste contexto, a vinculação, ou filiação a partidos políticos também permite outra maneira de participação, vinculado às questões político partidária, contribuindo de modo mais próximo

para a formulação de propostas políticas, seja escolhendo e apoiando candidatos, ou participando de campanhas eleitorais buscando atingir a sociedade que melhor lhes represente.

As associações de moradores e as organizações não governamentais (ONGs) também permitem o exercício da participação política, pois permitem que os cidadãos se organizem em torno de pautas comuns e pressionem o poder público por mudanças que atendam a suas necessidades. O que pode ser efetivado a partir de conselhos consultivos, órgãos colegiados que também permitem a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas (SILVA, 2017; GROPPPO, 2016).

Outra forma convencional de participação está nos sindicatos, pois também são espaços que representam os interesses das pessoas, mas de maneira específica, uma vez que, se direciona aos trabalhadores, logo atuam como intermediários entre os trabalhadores e os empregadores. A participação em sindicatos permite aos trabalhadores negociar melhores condições de trabalho e defender seus direitos (SILVA, 2017).

No âmbito escolar, o Grêmio Estudantil se destaca como um espaço de representação juvenil, promovendo o diálogo entre alunos, direção e corpo docente. Essa participação ativa na comunidade escolar aproxima os jovens da esfera política, proporcionando uma experiência inicial de representação e defesa de interesses coletivos (FLORENTINO, 2008). As narrativas dos participantes evidenciam esse, como um espaço de engajamento, como é possível observar a seguir:

[...] acredito que todos os jovens devem fazer parte da política, pois estamos dentro dela... no Grêmio Estudantil fazemos política representando os estudantes, para que juntos nos imponhamos na escola. (Maria, 16 anos, 2024); e

E, bom, tentando dar fala para as pessoas e tudo, pegando o IFSUL como exemplo, fazendo um GEIF (Grêmio Estudantil), né, que tu vê os jovens indo para frente, botando ordem ali, se colocando, dando a cara a tapa, é uma forma eficiente de participação, mas que ainda assim tu... tu já tá no, na questão do, ah, tem jovens que vão ser melhores para isso, tem jovens que vão ser piores para aquilo, porque tu vai, aquelas pessoas vão se inscrever, né, para ser presidente de grêmio, vice-presidente, aquilo, vai ter uma votação que tu vai conseguir ainda ver como é que os jovens daquela região ali pensam sobre aquilo, né, que tá sendo proposto, e tu já vê uma política, pode gerar ali um ensaio de como é que é a política depois aqueles para escolher presidente, prefeito ...]. (Daerick, 19 anos, 2024).

De fato, o que Florentino (2008) apresenta em seus estudos é corroborado pelos dados coletados, que reconhecem o Grêmio Estudantil como um local de reflexão e expressão.

É importante destacar que as formas convencionais ou tradicionais de participação política são caracterizadas pela institucionalização, ou seja, são regidas por leis e normas específicas pré estabelecidas. Essas formas de participação se fundamentam na representação

política, onde os cidadãos escolhem seus representantes para tomar decisões em seu nome. Normalmente, essas práticas também possuem uma estrutura hierárquica clara, onde os líderes tomam as decisões e os seguidores desempenham papéis de apoio (SILVA, 2017).

A política institucional, especialmente em sua dimensão cotidiana, que se relaciona com a democracia formal e o sistema político-partidário e eleitoral, enfrenta uma profunda crise de adesão e confiança, tanto por parte da população em geral quanto entre os jovens. As consequências dessa crise são observadas, uma vez que, os cidadãos escolhem seus representantes para tomar decisões em seu nome dentro de uma estrutura tradicionalmente hierárquica, onde os líderes ocupam posições de poder e os seguidores desempenham papéis de apoio; visando serem representados em suas demandas (SILVA, 2017). Entretanto, os jovens têm se distanciado cada vez mais desse modelo, processo que é intensificado pela crise econômica, política e cultural. O baixo poder aquisitivo, a recessão, a corrupção e a violência acabam por abalar a confiança nas instituições, pois fragiliza a esperança em um futuro melhor, pela falta de representatividade.

Essa situação se agrava por consequência do impacto causado pela racionalidade neoliberal, que dialoga com a meritocracia, o individualismo ao promover a competição como uma norma de conduta, onde a ideia de que “quem quer consegue” é difundida como algo orgânico. Ainda estabelecendo o mercado como modelo de subjetivação, resulta um novo tipo de sujeito que acaba não se sentindo representado, ou se vê desestimulado, se afastando de projetos coletivos ou mesmo de atividades ligadas às formas de participação formal.

Além disso, a percepção de que as políticas públicas, que se destacaram nos últimos anos como ferramentas para combater desigualdades, não terem alcançado plenamente seus objetivos contribui, para o crescente descrédito da política formal como um meio eficaz de promover e expandir a democracia (PRATES, 202; SPOSITO et al., 2021).

No entanto, como aponta Florentino (2008), a desconfiança e o afastamento dos jovens em relação à política institucional não devem ser interpretados como alienação ou despolitização, conceitos frequentemente atribuídos a essa faixa etária. Em vez disso, essa postura reflete uma crítica ao fato de que o sistema político não tem conseguido atender às suas necessidades e expectativas. Os jovens sugerem que a política representativa precisa se reinventar para garantir a participação de um maior número de pessoas, incluindo eles mesmos (SPOSITO et al., 2021).

Deste modo, nos últimos anos, o Brasil tem visto uma renovação da participação política entre os jovens, com eventos marcantes como as jornadas de junho de 2013 e as ocupações escolares. Essa reorganização no modo de participar não surge do nada; ele é resultado de um cenário mais amplo, reflexo de mudanças sociais e políticas.

O avanço do neoliberalismo, o aumento das desigualdades e a crise das democracias liberais, junto com o avanço das novas tecnologias, têm redesenhado novas maneiras de pensar e se organizar. Nesse ambiente, os jovens começaram a buscar formas de se engajar politicamente que sejam mais autônomas, horizontais e alinhadas com suas experiências diárias (SPOSITO e CARRANO, 2003).

As ocupações universitárias de 2008 já indicavam essa tendência emergente, na busca por representação, mas foram as jornadas de junho de 2013 e as ocupações de escolas públicas em 2015 e 2016 que viabilizaram a capacidade dos jovens de se organizar e atuar coletivamente, desafiando a visão de que a juventude era e é considerada politicamente apática. Nestas ocasiões além de ocupar as ruas, os jovens também utilizam as redes sociais e a tecnologia como ferramentas para efetivarem seu engajamento político, ampliando o alcance de suas vozes e necessidades, conferindo maior visibilidade e impacto à ação juvenil.

Esse ativismo juvenil pode ser expresso a partir de formas convencionais e não convencionais de participação, muitas vezes realizadas fora das instituições tradicionais, revelando a necessidade de um diálogo mais aberto entre os jovens, a sociedade e o sistema político.

O ativismo juvenil atual se destaca por sua diversidade, flexibilidade e capacidade de adaptação. Os jovens atualmente valorizam e primam por autonomia, a horizontalidade das relações e tomadas de decisão e a criação de redes colaborativas. E neste contexto as novas tecnologias têm sido essenciais para facilitar a comunicação, a mobilização e a disseminação de ideias (SPOSITO et al., 2021).

Entretanto, é fundamental reconhecer que a participação juvenil não é uniforme e engessada, apresenta diversas formas e nuances, como a participação que se efetiva a partir da ação local, a ênfase em questões identitárias e a busca por soluções criativas e inovadora do ponto de vista das práticas usuais para se relacionar com os temas e problemas sociais. Onde o fazer sentido toma protagonismo na hora de escolher em que, como e onde se manifestar.

Os jovens deste estudo demonstram um grande interesse em questões locais e identitárias, utilizando diferentes maneiras para se conectar, mobilizar e construir redes

colaborativas, por meio das redes sociais. Os excertos de falas de alguns dos jovens entrevistados ilustram essas observações:

[...] participamos ajudando um ajudando o outro, cada um se mobiliza em uma frente, lá na igreja, n o partido também ..aí discutimos o que precisa mais ser feito, tipo separamos roupas, levamos marmitas...] (Nicole, 19 anos, 2024);

"[...] ajudo um projeto social, minha vó que organiza para mulheres que apanham[...]" (Maria, 17 anos, 2024).

No entanto, é importante ressaltar que a adoção de formas formais ou não formais de participação política não são excludentes entre si, uma vez que, a pesquisa indicou que muitos jovens combinam diferentes formas de participação, como o voto, a participação em movimentos sociais e o ativismo digital, demonstrando a complexidade e a dinâmica do engajamento político juvenil. Logo, os jovens definem como exercem sua participação, de acordo como reconhece sentido nas ações e formas de participar.

Assim surgem as formas não convencionais de participação política que abrangem essas manifestações, ativismo digital, debates em sala de aula e até mesmo ações culturais, como saraus e rodas de conversa sobre temas sociais. A pesquisa destacou que os jovens do IFSul – Campus Charqueadas têm se engajado em ambos os tipos de participação, expressando suas opiniões e buscando influenciar o ambiente ao seu redor.

2.2 Formas não convencionais de participação política

Formas não convencionais de participação podem ser compreendidas a partir de diferentes ações como o ativismo digital, uma vez que, as redes sociais e plataformas online têm se tornado os principais espaços para a mobilização e organização de jovens em torno de pautas sociais e políticas. A participação em manifestações e protestos é uma forma tradicional de expressão política que continua a ser relevante para os jovens. No entanto, as manifestações contemporâneas são marcadas por uma maior diversidade de demandas e pelo uso mais estratégico e atrativo das tecnologias digitais.

Os participantes deste estudo indicam que os jovens podem se engajar politicamente de diversas maneiras, como participar de ações culturais, usufruir da liberdade de ir à escola e viver em sociedade, ou ainda expressar-se fazendo o que gostam, o que se alinha com a ideia de que manifestações culturais e artísticas são formas não convencionais de participação. A

expressão artística por meio da música, teatro, dança e artes visuais evidenciados na ocasião do “Sarau Cultural do IFSul” foi frequentemente referida pelos jovens como uma forma de questionar a ordem social, bem como expressar seu sentimento no momento, além de promover reflexão sobre como mobilizar o tecido social a que estão inseridos, para perceberem suas reivindicações, mesmo que não tão explícitas.

Além disso, observou-se que o trabalho ou ação social, como o engajamento em atividades relacionadas às cheias e inundações no RS em maio de 2024, permite aos jovens contribuir para a melhoria das condições de suas comunidades, desenvolvendo habilidades sociais e fortalecendo o senso de comunidade (GOHN, 2006; SPOSITO et al., 2021).

Dessa forma, a participação juvenil se manifesta em uma ampla gama de práticas que vão além dos formatos convencionais, evidenciando a importância da arte e da ação social na construção de identidades e na criação de novas narrativas.

Ainda neste contexto, cabe colocar que a interface entre a prática religiosa e política, muitas vezes pode parecer opostas, revela-se um campo fértil para a participação política não convencional, especialmente entre os jovens. Ao contrário da participação tradicional, que está vinculada a partidos e eleições, conforme demonstrado inicialmente, a religião oferece um espaço alternativo de engajamento social e político, como mostra a reflexão de um dos participantes neste contexto.

[...] bom, eu não tenho vergonha da minha religião, né, eu sou umbandista, sou afro umbandista, e eu desde criança eu tive contato com essa religião, que pra mim é maravilhosa...e foi onde que eu me descobri e me encontrei como jovem... tu tá num meio que quem tá lá dentro da religião, seja na umbandista, seja na católica, seja na evangélica, seja qual religião que for, tu tá num meio que tu quer estar ali, tu tá presente naquele lugar, e quando tu tá ali porque tu quer, tu tende a ouvir quem está falando, tu absorve muito mais ... e começa a querer participar e falar também...como eu falei, a palestra na escola [...] (Daerick, 19 anos, 2024).

Instituições religiosas contemporâneas, estão longe de serem refúgios isolados do debate público, ao contrário, podem funcionar como verdadeiras arenas de discussão e mobilização, como coloca a participante:

[...] nos reunimos para debater e vamos em vários locais nos apoiando e debatendo nossos interesses...cada um vai onde os outros frequentam...tipo fulano vai no CLJ, o outro vai na “luterana”...vamos em todos pra se ajudar nos próprios projetos nossos, e também já estava arrecadando doações para o pessoal da Enchente...a gente foi lá, comprou, levou tudo no meu carro [...] (Nicole, 19 anos, 2024).

Como se pode observar nesses ambientes, reservados ao exercício da fé, se torna um catalisador para a reflexão sobre questões sociais, promovendo a construção de redes de apoio e a articulação de demandas coletivas. Concordando com Abramo (2005), a religião não apenas influencia a opinião pública, mas também fomenta a ação política, oferecendo um caminho para o engajamento tanto individual quanto coletivo.

Seguindo esse contexto, cabe colocar que as redes sociais têm desempenhado um papel crucial na amplificação e disseminação das vozes dos jovens, possibilitando a construção de redes de solidariedade e a mobilização em torno de diversas causas, como direitos humanos, meio ambiente e combate à desigualdade. O ativismo digital, portanto, tem sido fundamental na construção de redes e na mobilização de recursos para uma variedade de projetos, majoritariamente voltados para o impacto social.

Nesse contexto, as redes sociais têm desempenhado um papel crucial ao amplificar a voz dos jovens, permitindo que eles se organizem em torno de diversas causas, como direitos humanos, meio ambiente e combate à desigualdade. Observado neste estudo, um exemplo claro disso foi a mobilização de um grupo de alunos partícipes de um projeto de extensão do IFSul, que se organizaram através das redes sociais para oferecer conserto de eletroeletrônicos das vítimas da enchente que perderam seus bens. Essa ação, além de impactar positivamente o meio e a vida das pessoas auxiliadas, também fomentou grandemente o exercício da cidadania através da participação política do grupo.

Grosso (2010) acrescenta que as juventudes são profundamente influenciadas pela interação dos jovens com os diversos sistemas sociais que compõem suas vidas, como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e a mídia. São essas interações que moldam a maneira como os jovens pensam, sentem e se comportam, permitindo que atuem como agentes ativos naquilo que denominamos de participação juvenil. Ao utilizar as plataformas digitais, os jovens expandem ainda mais essas formas de participação, complementando suas ações no mundo físico com uma presença ativa no espaço virtual.

Ao utilizar as plataformas digitais, os jovens expandem ainda mais as formas de participação, complementando suas ações no mundo físico com uma presença ativa no espaço virtual, o que evidencia a crescente importância do ambiente digital na promoção do engajamento juvenil em causas sociais e políticas, pela facilidade de uso e estar presente no cotidiano juvenil. Assim, a participação juvenil se manifesta em uma ampla gama de práticas

que vão além dos formatos convencionais, evidenciando a importância da arte, da ação social e do ativismo digital na construção de identidades e na criação de novas narrativas.

A distinção entre participação convencional e não convencional é útil para analisar as diferentes formas de engajamento político e suas implicações para a democracia. A participação convencional é essencial para a legitimidade das instituições democráticas, enquanto a participação não convencional pode ser um mecanismo de pressão para que os governos respondam às demandas da sociedade.

3. Conclusões

Os resultados da pesquisa revelam que os jovens do IFSul possuem uma compreensão ampla de participação política, que vai além da participação em eleições ou em partidos políticos. Muitos identificam formas de participação em atividades culturais, esportivas, e em debates promovidos dentro da escola. Através dessas atividades, os jovens buscam expressar suas opiniões e influenciar mudanças, mesmo que nem sempre se reconheçam como participantes de ações políticas formais.

O estudo buscou compreender as múltiplas formas de participação juvenil, evidenciando que os jovens se engajam politicamente não apenas através dos meios tradicionais, mas também por meio de expressões culturais, ações sociais e o ativismo digital. E assim revelou que espaços como os Grêmios Estudantis, os sindicatos e os partidos políticos continuam sendo fundamentais para a formação política dos jovens, mas é nas manifestações artísticas e nas redes sociais que encontramos uma amplificação significativa de suas vozes e iniciativas.

Nesse contexto, as redes sociais têm desempenhado um papel crucial ao amplificar a voz dos jovens, permitindo que eles se organizem em torno de diversas causas, como direitos humanos, meio ambiente e combate à desigualdade. Observado neste estudo, um exemplo claro disso foi a mobilização de um grupo de alunos partícipes de um projeto de extensão do IFSul, que se organizaram através das redes sociais para oferecer conserto de eletroeletrônicos das vítimas da enchente que perderam seus bens. Essa ação, além de impactar positivamente o meio e a vida das pessoas auxiliadas, também fomentou grandemente o exercício da cidadania através da participação política do grupo.

Este tipo de engajamento, alinhado com a análise de Groppo (2010), confirma que as juventudes estão profundamente conectadas com os diversos sistemas sociais que compõem suas vidas, utilizando essas interações para moldar suas práticas de participação e afirmar suas identidades.

Além disso, as práticas culturais e artísticas destacam-se como poderosos instrumentos de contestação e reflexão social, promovendo novas narrativas e mobilizando a sociedade em torno de causas coletivas. O estudo reforça a importância de valorizar e apoiar essas formas não convencionais de participação, pois elas representam o desejo dos jovens de construir um mundo mais justo e inclusivo.

Por fim, as considerações sobre o papel do ativismo digital indicam que as plataformas virtuais não apenas amplificam as vozes juvenis, mas também criam novas oportunidades para a mobilização e a organização em torno de projetos sociais e políticos. Assim, conclui-se que a participação juvenil, em suas diversas formas, é uma ferramenta potente para enfrentar desigualdades e promover a inclusão no debate sobre ações e políticas públicas. Para futuras pesquisas, sugere-se explorar mais a fundo as interações entre as formas de participação tradicional e digital, bem como os impactos dessas práticas no fortalecimento da cidadania e na promoção da justiça social, pensando que este é o meio e forma presente em todas as maneiras aqui elencadas de participação. Deste modo cabe, buscar reconhecer essa dinâmica para compreender, riscos, desafios, benefícios e esse novo modo de participar politicamente.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. Cidadania e participação política no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

BRASIL. Estatuto da Juventude. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de direito constitucional do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013.

FLORENTINO, Renata. (2008). Democracia liberal: uma novidade já desbotada entre jovens. *Opinião Pública*, 14(1), 205-235.,

GOHN, Maria da Glória. Juventude e participação social: entre o popular e o institucionalizado. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

GOHN, Maria da Glória. (2008). Movimentos sociais e participação na contemporaneidade. Loyola.

GROPPO, Luís Antonio. Introdução à Sociologia da Juventude. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROPPO, Luís Antonio et al. Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas: política, educação, cultura e religião. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 312p.

LUZ, Joyce. Participação política : casos que nos inspiram e ações que nos movimentam / Joyce Luz, Bruno Souza da Silva e Humberto Dantas — 1. ed. — Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

MARGULIS, Mário; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo; GARBIN, Elisabete Maria; LOPONTE, Luciana Neves; SEVERO, Rita Cristiane Soares. Juventudes contemporâneas: juventudes, trabalho e educação. v. 1. Porto Alegre: Cirkula, 2022. p. 27-48. Ebook disponível em PDF GRATUITO - LIVRO 2.

MELO, Leonardo. Participação política e democracia: uma análise da experiência brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa, v. 15, p. 105-6, 1990. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282670420_A_Construcao_Sociologica_da_Juventude_-

[_alguns_contributos/link/5617f44908ae6d17308474d6/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19f.](https://www.researchgate.net/publication/282670420_A_Construcao_Sociologica_da_Juventude_-) Acesso em: 10 jun. 2023.

PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. (Re)abrindo a cena: juventude(s), emergências, convergências e dispersões. In: PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo; GARBIN, Elisabete Maria (org.). *Juventudes contemporâneas: emergências, convergências e dispersões*. v. 1. Porto Alegre: Cirkula, 2021. p. 179-212. Ebook disponível em PDF - LIVRO 1.

SILVA, José Alberto da. A participação política dos jovens nas esferas convencionais e não convencionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, 2017.

Sposito, Marília. Paulo, Carrano (2003). *Juventude e políticas públicas no Brasil*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24. Disponível em: Sposito, M. P., Carrano, P. C. R. (2003). *Juventude e políticas públicas no Brasil*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 16-39.

SPOSITO, Marília. TARÁBOLA, Felipe De Souza.; GINZEL, Flávia. Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. *Locus Communis*, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 367-192, 2021. doi: 10.26512/lc27202136719.